REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA RELAÇÃO ESCOLA-FAMILIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LITERATURE REVIEW OF THE SCHOOL-FAMILY RELATIONSHIP IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Ciências Humanas • 19/09/2025

REGISTRO DOI: 10.5281/zenodo.17162741

Evyane Sampaio Serapião Rodrigues[1]

Jéssica Silveira Seger[2]

Luciana Regina Marques[3]

Marcilene Souza de Oliveira Castro[4]

Natacha Barbara de Souza Neto[5]

RESUMO

A conexão entre a família e a escola na Educação Infantil é um elemento essencial para o pleno desenvolvimento da criança, pois une os aspectos de cuidado, socialização e aprendizado. Ambas exercem papéis complementares no processo de desenvolvimento infantil. O objetivo foi investigar a relação entre escola e família na Educação Infantil, destacando sua relevância para o desenvolvimento integral da criança e as estratégias que possibilitam a construção de uma parceria efetiva. Metodologicamente, foi utilizado uma pesquisa bibliográfica apoiando em estudos relevante sobre o tema. Assim, as contribuições teóricas evidenciaram a necessidade de uma ação conjunta entre os dois contextos. Dessa forma, a análise possibilitou compreender como a integração entre família e escola favorecem a formação cidadã da criança.

Palavras-chave: Educação Infantil. Parceria escola-família. Desenvolvimento integral. Aprendizagem.

ABSTRACT

The connection between family and school in Early Childhood Education is essential for a child's full development, as it unites the aspects of care, socialization, and learning. Both play complementary roles in the child's development process. The objective was to investigate the relationship between school and family in Early Childhood Education, highlighting its relevance to the child's comprehensive development and the strategies that enable the construction of an effective partnership. Methodologically, bibliographical research was used, supported by relevant studies on the topic. Thus, the theoretical contributions highlighted the need for joint action between the two contexts. Thus, the analysis enabled us to understand how the integration between family and school

fosters the development of citizenship in children.
Keywords: Early Childhood Education. School-family partnership. Comprehensive development. Learning.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil representa a primeira etapa da Educação Básica e constitui-se como um espaço privilegiado para o desenvolvimento integral da criança. Nessa fase, o processo educativo vai além da transmissão de conteúdos, envolvendo o cuidado, o afeto e a construção de experiências que favoreçam o crescimento cognitivo, social e emocional. A escola, como instituição formadora, desempenha um papel essencial nesse processo; contudo, sua atuação só alcança maior efetividade quando se estabelece uma parceria sólida com a família, primeira responsável pela educação e socialização da criança.

A relação entre escola e família na Educação Infantil, portanto, deve ser entendida como uma construção contínua, marcada por desafios e possibilidades. A participação da família no contexto escolar não apenas reforça o vínculo afetivo das crianças com o ambiente educativo, mas também contribui para a formação de valores, atitudes e comportamentos, fortalecendo a aprendizagem. Nesse sentido, refletir sobre a relevância dessa relação torna-se fundamental para compreender o papel das instituições educativas e das famílias no desenvolvimento infantil.

O objetivo geral foi investigar a relação entre escola e família na Educação Infantil, destacando sua relevância para o desenvolvimento integral da criança e as estratégias que possibilitam a construção de uma parceria efetiva. A partir desse

objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: analisar a Educação Infantil e sua relevância no desenvolvimento da criança, considerando sua função social, pedagógica e os marcos legais que a fundamentam; compreender o papel da família no processo educacional, destacando sua contribuição para a formação da criança; identificar os principais desafios e possibilidades na relação entre escola e família, discutindo fatores que dificultam e favorecem essa aproximação.

Metodologicamente, este estudo de caráter bibliográfico, tem como objetivo analisar a importância da parceria entre escola e família na Educação Infantil, considerando os marcos legais, os papéis sociais de cada instituição, os desafios enfrentados e as práticas que favorecem essa integração.

O presente artigo foi estruturado em quatro partes distintas. A primeira parte apresenta a metodologia empregada para desenvolver a escrita. Na segunda concentra na fundamentação teórica que embasa os objetivos específicos, nele faz uma reflexão sobre a Educação Infantil e sua relevância no desenvolvimento da criança, abordando sua função social, pedagógica e os marcos legais que a fundamentam. Em seguida discute o papel da família no processo educacional, destacando sua importância na formação integral da criança. Por fim, a terceira parte analisa os principais desafios e possibilidades da relação escola-família, além de apresentar práticas que fortalecem essa parceria no contexto da Educação Infantil. Em seguida traz a considerações finais, referências do estudo.

1. METODOLOGIA

A metodologia empregada neste artigo possui caráter teórico, fundamentando-se em produções já existentes de diferentes autores e pesquisadores que abordam a temática em questão, de modo a possibilitar uma reflexão crítica sobre as perspectivas apresentadas. Segundo Gil (2002);

> *O levantamento bibliográfico é realizado a partir de conteúdos já existentes, que compreendem principalmente livros e artigos acadêmicos. Embora seja comum que a maioria dos estudos exija algum formato de investigação dessa espécie, existem pesquisas que são realizadas unicamente com base em fontes bibliográficas. Muitos estudos exploratórios podem ser classificado como pesquisas desse tipo. Investigações sobre ideologias e aquelas que buscam analisar diferentes perspectivas sobre um determinado assunto também são frequentemente conduzidas quase que exclusivamente por meio de fontes bibliográficas (Gil, 2002, p. 44).*

Nesse contexto, o desenvolvimento da pesquisa ocorreu em três etapas principais: (1) levantamento das obras utilizadas como referência teórica; (2) leitura crítica e análise dos textos selecionados; e (3) discussão da temática a partir da fundamentação teórica construída com base nos autores estudados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA RELEVÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Educação Infantil representa a primeira etapa da Educação Básica e constitui um espaço fundamental para o desenvolvimento integral da criança. Nela, são proporcionadas experiências que estimulam aspectos cognitivos, emocionais, motores e sociais, possibilitando à criança construir sua identidade, ampliar suas interações e desenvolver habilidades essenciais para etapas posteriores da vida escolar.

> *As crianças são membros da sociedade, o que significa que possuem direitos que o Estado deve garantir, incluindo o acesso à educação, saúde e seguridade. Esses serviços devem ser oferecidos com qualidade, especialmente em um contexto político verdadeiramente democrático. Esse princípio defende o direito à igualdade e à efetivação da cidadania. Para que um trabalho voltado à infância contribua para a construção da cidadania e a emancipação, é essencial que os adultos envolvidos sejam reconhecidos dessa maneira. Isso requer que os processos de formação sejam vistos como uma prática social que esteja alinhada com aquilo que se busca implementar nas salas de aula, além de demandar remunerações justas, planos de carreira adequados e condições de trabalho respeitáveis (Kramer, 1993, p. 54 – 55).*

A partir da década de 1920, as crianças passaram a ser reconhecidas como cidadãs, conquistando o direito de ter suas necessidades atendidas para o pleno desenvolvimento. Nesse período, os movimentos operários, além de reivindicarem melhores condições de trabalho, também lutavam pela criação de creches, embora estas ainda fossem vistas de forma limitada, mais como uma medida paliativa do que como um direito consolidado.

As instituições de educação infantil nas décadas de 1930, 1940 e 1950 eram percebidas sob uma perspectiva assistencialista, o que significava que as atividades realizadas com as crianças focavam no atendimento às suas necessidades básicas, como alimentação, higiene e proteção física. Conforme destaca Kramer (1992), nesse período, prevalecia a ideia de que tais instituições tinham como finalidade suprir carências sociais, não sendo reconhecidas como espaços de educação e desenvolvimento infantil.

Além do respaldo normativo, a Educação Infantil se destaca pelo impacto positivo no desenvolvimento infantil. Pesquisas indicam que crianças que frequentam instituições de qualidade nessa etapa apresentam melhor desempenho cognitivo, maior autonomia e maior capacidade de socialização. Nesse sentido, a escola se torna um espaço privilegiado de convivência, que complementa a função da família e amplia o repertório cultural da criança, fortalecendo a formação de valores e atitudes. Portanto, a Educação Infantil deve ser compreendida não apenas como um momento preparatório para o ensino fundamental, mas como uma etapa essencial que promove o desenvolvimento integral, garantindo às crianças oportunidades de aprender, brincar, conviver e se expressar em sua totalidade.

Sob a perspectiva legal, a Constituição Federal de 1988 considera a educação um direito de todos e uma obrigação compartilhada entre o Estado e a família, destacando a infância como uma fase que necessita de atenção especial. O Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído em 1990, solidificou essa abordagem ao assegurar direitos relativos à educação e à proteção total das crianças. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) definiu a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, organizada em creches e pré-escolas para crianças de zero a cinco anos.

A Base Nacional Comum Curricular, BNCC, aprovada em 2017, destaca a função formativa da Educação Infantil ao definir os direitos de aprendizado e desenvolvimento, organizados em cinco áreas de experiências: identidade pessoal e social; corporalidade, expressões e movimentos; percepção de traços, sons, cores e formas; comunicação, pensamento e criatividade; além de espaço, tempo, quantidades, interações e mudanças. Essas áreas ressaltam a importância da criança como titular de direitos e agente ativo de seu processo educativo, reforçando a conexão inseparável entre cuidado e educação.

No Brasil, a Educação Infantil é uma realidade bastante nova, tendo ganhado destaque apenas a partir da década de 1980, quando houve um aumento considerável nas creches e pré-escolas. Estudos revelam que esse crescimento está ligado às transformações sociais, como a urbanização, a industrialização, as novas dinâmicas familiares e a inserção da mulher no mercado de trabalho, entre outros aspectos.

A LDB de 1996 estabeleceu a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica no Brasil, atribuindo aos municípios a responsabilidade de disponibilizar espaço e vagas para atender as crianças, com a finalidade de promover seu desenvolvimento integral. O Plano Nacional da Educação (2011–2020) tratou a Educação Infantil como prioridade, e a Lei nº 12.796/2013 promoveu modificações para priorizar melhor a educação, como a formação dos profissionais e o atendimento gratuito às crianças com necessidades especiais.

Apesar dos progressos consideráveis, a situação atual ainda revela dificuldades, especialmente no que se refere à demanda por profissionais capacitados que possam atender às particularidades das crianças em creches e pré-escolas. Portanto, compreender a Educação Infantil em sua totalidade significa reconhecer a criança como sujeito de direitos e garantir políticas públicas consistentes, profissionais qualificados e práticas pedagógicas que articulem cuidado e educação, assegurando seu desenvolvimento pleno

2.2 PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCACIONAL

A família representa uma pedra angular da organização social. Assim, embora haja uma diversidade de modelos familiares ao longo da história, nenhuma sociedade conseguiu se desfazer dessa instituição fundamental. Na verdade, mesmo com a tecnologia avançada que conecta as pessoas e influência cultural que permeia a sociedade, a família tem ganhado nova importância e é vista como aliada de entidades como o governo, a religião e a educação na tarefa de socializar os indivíduos.

> *A atuação da família no contexto escolar é essencial para o aprendizado. Tanto a escola quanto a família constituem os principais pilares que a criança pode acessar para lidar com obstáculos. Quando trabalham juntas e estão atentas, elas podem identificar as dificuldades de aprendizagem que a criança enfrenta, contribuindo de forma eficaz para seu desenvolvimento (Sousa, 2012, p.6).*

Além do aspecto social, o elemento legal também enfatiza a importância da família. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que a educação é um direito de todos e um dever compartilhado entre o Estado e a família, devendo ser incentivada e apoiada com a contribuição da sociedade, visando assegurar o completo desenvolvimento do ser humano, sua preparação para a vida cidadã e sua qualificação para o exercício profissional. Dessa forma, a Constituição deixa evidente que a família deve desempenhar um papel ativo na educação formal da criança, sublinhando a importância dessa participação para a qualificação do aprendizado do indivíduo.

De maneira semelhante, o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, estabelecido pela Lei 8.069/90, ressalta em seu artigo 3º que "todas as crianças e adolescentes têm direito a todos os direitos humanos fundamentais, sem prejuízo da proteção integral prevista nesta Lei, garantindo-lhes, através de normas ou outros meios, as oportunidades e condições necessárias para seu crescimento físico, mental, moral, espiritual e social, com liberdade e dignidade. Portanto, a família é encarregada de assegurar que o que está

disposto em lei seja aplicado na vida da criança e do adolescente" (Brasil, 1990). O lar é considerado o principal contexto para a formação de valores, proteção e socialização de crianças e adolescentes, além de ser o maior responsável pela formação do caráter do indivíduo.

O êxito da educação formal na contemporaneidade está ligado ao envolvimento da família nesse contexto. Em diversas partes do mundo, escolas e instituições de ensino de diferentes níveis têm buscado construir colaborações com as famílias visando aprimorar o aprendizado dos alunos. Conforme menciona Carvalho: "é esperado um maior envolvimento da família. Participando com a escola do projeto educacional voltado para seus filhos. Também se discute a presença da comunidade na escola" (Carvalho, 2002, p. 18).

Para além do aspecto jurídico, a participação da família no processo educacional tem sido amplamente estudada e valorizada por diferentes correntes pedagógicas. Quando os pais ou responsáveis acompanham o desempenho escolar, participam das atividades propostas pela escola e mantêm um diálogo aberto com professores, as crianças tendem a apresentar melhor rendimento acadêmico, maior motivação e desenvolvimento socioemocional mais equilibrado. A presença da família na vida escolar reforça sentimentos de pertencimento, segurança e valorização da aprendizagem.

Por outro lado, a ausência ou o distanciamento familiar pode comprometer a trajetória escolar da criança, favorecendo dificuldades de adaptação, problemas de comportamento e baixo desempenho acadêmico, pois em contrapartida, práticas de incentivo, diálogo e acompanhamento cotidiano contribuem para a

construção de uma visão positiva da escola e fortalecem a autoestima da criança.

> *Paulo Freire destaca que a participação dos indivíduos no ambiente escolar é uma maneira de intensificar seu envolvimento na formação da realidade. Segundo ele, pais que se engajam na escola possuem mais oportunidades de pensar sobre a educação de seus filhos, transformando-se de meros observadores do trabalho escolar em colaboradores ativos na formação educacional de suas crianças (Canedo, 2018, p. 18).*

Nas décadas passadas, muitos relatam que os pais costumavam ser mais participativos e interessados na vida escolar dos filhos, participavam das reuniões, eventos da escola, não costumavam perder os prazos de entregas dos trabalhos, ajudavam as crianças nas lições de casa, e os pais que tinham um pouco mais de estudo até ensinavam para os filhos adiantadamente os próximos conteúdo. Essa presença ativa fortalecia o vínculo entre família e escola, refletindo diretamente no desempenho escolar dos estudantes.

No entanto, independente das mudanças sociais e culturais ao longo do tempo, uma constante permanece: desde o nascimento e em todo o processo de desenvolvimento, todos nós precisamos de pessoas que contribuam positivamente na nossa construção de vida. O apoio familiar, portanto, continua sendo um dos pilares fundamentais para o crescimento emocional, social e cognitivo da

criança, influenciando sua forma de lidar com desafios escolares e pessoais.

Neste contexto, é fundamental ressaltar que as crianças com desempenho abaixo do esperado não devem ser vistas como fracassadas, uma vez que a imposição de rótulos só tende a complicar ainda mais a trajetória de aprendizado. As dificuldades de aprendizagem estão associadas a diversos fatores internos do indivíduo e são, em grande medida, influenciadas pelo ambiente familiar, educacional e social no qual a pessoa está inserida. A maneira como os diferentes sistemas, especialmente a família, interpretam e definem essas dificuldades desempenha um papel crucial" (Polity, 2001, p. 51).

A família desempenha, portanto, uma função essencial e decisiva na dinâmica do ensino e aprendizado. O ambiente familiar onde a criança cresce deve oferecer afeto, segurança e conforto, mas também pode ser um espaço repleto de inseguranças, rejeições, temores e até violências, o que pode gerar impactos negativos na aprendizagem dos filhos. Uma família que vive em desarmonia emocional e afetiva, repleta de conflitos, pode marcar a criança e criar barreiras em seu processo educativo. Como observa Polity (2001):

> *Ao enxergarmos a família como um sistema, é essencial reconhecer que ela se constitui por laços emocionais. A nossa formação humana se realiza por meio das interações afetivas entre os integrantes do núcleo familiar, as quais são fundamentais para garantir que esse processo de aprendizado aconteça de maneira eficaz (Polity, 2001, p.32).*

Frequentemente, as vivências afetivas, emocionais e cognitivas dentro das famílias têm um impacto significativo na vida das pessoas, influenciando a forma como elas interagem com o saber e com os outros. Dessa forma, as famílias desempenham um papel fundamental nos êxitos e fracassos do processo de aprendizagem. O êxito ocorre a partir da colaboração familiar, por meio do acompanhamento da criança, organização de horários de estudo, verificação de tarefas, participação em reuniões e incentivo às atividades escolares.

Uma estratégia eficiente para fortalecer essa parceria é envolver os pais no processo avaliativo, por exemplo, propondo atividades de dever de casa que contem com sua participação. Isso pode trazer grandes benefícios, como melhoria do rendimento escolar, maior participação em atividades extracurriculares, redução da indisciplina, da evasão e da repetência.

Contudo, é necessário cuidado para que a escola não transfira sua responsabilidade para as famílias, nem penalize aquelas que, por limitações sociais e econômicas, não conseguem acompanhar os filhos da mesma forma. Portanto, reconhecer o papel da família no

processo educacional significa compreender que a educação é fruto da corresponsabilidade entre escola, família e sociedade.

2.3 RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADE

A discussão sobre a relação entre escola e família é tema central no campo da educação, pois ambas as instituições desempenham papéis indispensáveis na formação integral das crianças. Para além da instrução formal, a escola e a família constituem espaços complementares que, quando articulados, favorecem o desenvolvimento acadêmico, social e emocional do estudante. Nesse sentido, compreender os desafios e possibilidades dessa relação torna-se essencial para promover práticas educativas mais inclusivas.

Inicialmente, é fundamental destacar a importância das responsabilidades atribuídas a cada uma das entidades que participam do processo de ensino. De acordo com a Constituição Federal de 1988, podemos afirmar que "a educação é um direito de todos e uma responsabilidade tanto do Estado quanto da família, devendo ser promovida e incentivada com a ajuda da sociedade, com o objetivo de contribuir para o pleno desenvolvimento do ser humano, sua preparação para a vida cidadã e sua formação profissional" (Brasil, 1998, p. 123).

É responsabilidade da família, da sociedade e do governo assegurar às crianças, adolescentes e jovens, de forma prioritária, os direitos à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, qualificação profissional, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária. Além disso, é essencial protegê-los contra qualquer

forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesse sentido, a escola, organizada pela própria comunidade, deve ser compreendida como espaço coletivo e democrático, de todos e para todos. A comunidade desempenha um papel central em sua própria sustentação; a administração deve ser realizada de forma democrática, garantindo a verdadeira participação dos cidadãos. Não busca lucro, não repassa dividendos nem remunera seus líderes, e todos os recursos financeiros adicionais são utilizados para atender seus próprios propósitos. Seu enfoque educacional deve estar alinhado com o avanço e crescimento da coletividade. Para Libâneo (2013), a escola deve assumir o papel de mediadora entre os conhecimentos socialmente construídos e a realidade do aluno, garantindo que essa mediação seja democrática e participativa.

A relação entre escola e família constitui, portanto, um dos pilares fundamentais para o sucesso do processo educacional, especialmente na Educação Infantil, etapa em que a criança inicia sua trajetória de socialização fora do ambiente doméstico. Essa parceria deve ser construída sobre a base do diálogo, da cooperação e da corresponsabilidade, uma vez que tanto a escola quanto a família desempenham papéis complementares no desenvolvimento integral da criança. Como aponta Paro (2007), a qualidade da educação está diretamente associada à participação efetiva da família no cotidiano escolar.

Apesar de sua importância, a articulação entre escola e família enfrenta diversos desafios. Entre os mais recorrentes, destacam-se a falta de comunicação eficaz, a sobrecarga de trabalho dos responsáveis, a ausência de estratégias escolares que favoreçam a

participação das famílias e, ainda, as desigualdades sociais que dificultam a aproximação. Além disso, muitas vezes a escola assume uma postura de autoridade que pode afastar os pais, ou a família delega toda a responsabilidade educativa à instituição escolar, gerando um distanciamento prejudicial para a criança. Nesse aspecto, Oliveira e Santos (2010) destacam que a parceria só é possível quando a escola se abre ao diálogo e cria condições para que os responsáveis participem de maneira ativa.

Outro obstáculo relevante diz respeito às diferenças culturais e de expectativas. Nem sempre as concepções da família sobre educação coincidem com as práticas pedagógicas propostas pela escola, o que pode gerar conflitos e resistência à colaboração. Para superar tais dificuldades, é necessário que ambas as partes compreendam o valor da parceria e busquem construir uma relação horizontal, baseada no respeito mútuo e no reconhecimento do papel de cada uma. De acordo com Gatti (2010), o respeito às diferenças culturais e sociais é condição para que a escola se torne, de fato, um espaço de inclusão e integração social.

Por outro lado, as possibilidades de fortalecimento dessa relação são amplas. A adoção de práticas de comunicação abertas e constantes, como reuniões pedagógicas participativas, oficinas temáticas e projetos integradores, favorece o envolvimento da família nas atividades escolares. Além disso, a valorização das contribuições dos responsáveis, permitindo que compartilhem suas experiências, saberes e culturas, amplia o repertório educativo da escola e contribui para a formação cidadã das crianças. Segundo Freire (1996), a verdadeira educação acontece no diálogo e na construção coletiva, em que cada sujeito é reconhecido como portador de saberes que devem ser respeitados.

Portanto, a relação escola-família deve ser vista como um processo dinâmico, permeado por desafios, mas também por inúmeras possibilidades de colaboração. Quando construída de forma consciente e participativa, essa parceria fortalece o processo educacional e assegura às crianças condições mais favoráveis para aprender, conviver e se desenvolver integralmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre escola e família na educação infantil representa um dos pilares para o desenvolvimento integral da criança, pois possibilita a construção de um ambiente educativo coerente e significativo. Quando há diálogo e cooperação entre esses dois espaços, o processo de aprendizagem se fortalece, já que a escola pode compreender melhor as necessidades individuais dos alunos e a família, por sua vez, se torna parceira ativa na formação acadêmica e socioemocional. Essa parceria contribui não apenas para o desempenho escolar, mas também para a formação de valores, hábitos e atitudes que acompanham a criança ao longo da vida, reafirmando a importância de práticas colaborativas e de uma comunicação constante e respeitosa entre todos os envolvidos.

A Educação Infantil é crucial para o desenvolvimento das crianças, pois constitui a fase inicial da educação básica e contribui para a formação de habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Sua missão educacional e social vai além do simples cuidado, promovendo experiências valiosas que incentivam a curiosidade, a criatividade e a autossuficiência. Fundamentada em legislações como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente, essa fase é reconhecida como um direito das

crianças e uma responsabilidade tanto do Estado quanto da família, reiterando sua importância na formação integral desde os primeiros anos de vida.

A família constitui o núcleo primordial da formação da criança e exerce influência decisiva em sua trajetória educacional. Ao participar ativamente do processo escolar, os familiares contribuem para a construção de valores, hábitos e vínculos afetivos que se refletem no desenvolvimento acadêmico e socioemocional. Essa participação fortalece a confiança entre criança, escola e comunidade, criando um ambiente de apoio que amplia as oportunidades de aprendizagem.

A relação entre escola e família apresenta desafios que envolvem, entre outros fatores, a falta de tempo dos responsáveis, a ausência de comunicação efetiva e, em alguns casos, a desvalorização do trabalho pedagógico. Essas barreiras podem dificultar a construção de vínculos de confiança e a participação mais ativa dos familiares no cotidiano escolar. No entanto, há também possibilidades de fortalecimento dessa parceria, como a implementação de projetos colaborativos, a realização de reuniões mais dinâmicas e acessíveis e o uso de recursos tecnológicos para aproximar escola e comunidade.

Os objetivos propostos na pesquisa mostraram-se satisfatórios, uma vez que foi possível analisar a relevância da Educação Infantil no desenvolvimento integral da criança, considerando sua função social, pedagógica e os marcos legais que a legitimam; compreender o papel fundamental da família no processo educacional, evidenciando sua contribuição para a formação integral; e identificar os principais desafios e possibilidades na

relação entre escola e família, apontando fatores que dificultam e favorecem essa aproximação.

Como toda pesquisa, este estudo apresenta algumas limitações que precisam ser consideradas. A principal refere-se ao recorte metodológico, uma vez que a investigação se concentrou em um contexto específico, restringe a generalização dos resultados para outras realidades educacionais. Assim, espera-se que este estudo possa instigar outros pesquisadores, profissionais da educação e familiares a ampliarem o debate e buscarem novas perspectivas sobre o tema, uma vez que compreender os desafios e potencialidades dessa parceria é fundamental para a formação integral da criança. Assim, o incentivo à continuidade das investigações contribui não apenas para o fortalecimento da prática pedagógica, mas também para a construção de uma educação mais inclusiva, participativa e transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular:* Educação é a base (BNCC). Disponível: http://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CANEDO, Maria Luiza. *Família e escola*: interações densas e tensas. Curitiba, Appris, 2018.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. *A família contemporânea em debate*. São Paulo. EDUC/ Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernardete Angelina. *Formação de professores no Brasil: características e problemas*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KRAMER, Sonia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

KRAMER, Sonia. *Por entre as pedras: arma e sonho na escola*. São Paulo, Ática, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

OLIVEIRA, Ana; SANTOS, Beatriz. *A relação escola-família: desafios e perspectivas para a educação de qualidade*. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 44, p. 237-250, 2010.

PARO, Vitor Henrique. *Educação, administração e democracia*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

POLITY, Elaine. *Dificuldade de aprendizagem e família*: construindo novas narrativas São Paulo, Vetor editora, 2001.

SOUZA, Jacqueline Pereira. *A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança*. 2012.

---

[1] Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT (2012). Pós-Graduada em Psicopedagogia pela FSG – Educavales (2015). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Graduada em Pedagogia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR (2007). Pós-Graduada em Libras e Educação Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMTF (2019). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT (2002). Pós-graduada em Educação Especial e Infantil pelo Instituto Cuiabano de Educação – ICE (2004). acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[4] Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT (2002). Pós-graduação em Educação Especial e Infantil pelo Instituto Cuiabano de Educação – ICE (2004). Educação Especial AEE/ Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade das Águas Emendadas – FAE (2012. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[5] Graduada em Educação Física pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT (2016). Pós-graduação em Neuropsicopedagogia pela Faculdade São Braz (2019). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail